



Anais da Assembléia

Nº 011

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

Licença

Ofício nº

Curitiba, 28 de janeiro de 1992.
Senhor Presidente.

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência o anexo requerimento, solicitando licença para assumir, no dia 29 de janeiro de 1992, a Secretaria Especial de Esporte e Turismo do Estado do Paraná, convidado que fui pelo Excelentíssimo Senhor Governador.

Considerando que esta Casa encontra-se em recesso parlamentar solicito, outrossim, que atendidas as exigências de ordem constitucional e legal, seja o mesmo, oportunamente submetido ao Plenário desta Casa.

Sem outro particular, apresentamos nossos protestos de estima e consideração.

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR

Deputado Estadual

REQUERIMENTO

SOMULA: Requer licença do exercício do mandato, por tempo indeterminado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, respeitosamente, a Vossa Excelência, cumpridas as formalidades legais, licença do exercício do mandato, por tempo indeterminado, a partir do próximo 29 de janeiro de 1992, tendo em vista o mesmo haver sido convidado pelo Senhor Governador do Estado para assumir a Secretaria Especial de Esporte e Turismo do Estado do Paraná.

Informa outrossim, que faz opção pela remuneração do mandato, na forma que lhe permite o § 3º, do artigo 60, da Constituição do Estado do Paraná.

Palácio "XIX de Dezembro" em

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR

Deputado Estadual

ATA DE LICENÇA DO DEPUTADO PARA ASSUMIR SECRETARIA DE ESTADO

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e noventa e dois o Senhor Presidente Anibal Khury recebeu o seguinte expediente: Ofício protocolado sob número 560/92 de 28 de janeiro de 1992. Senhor Presidente: Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência o anexo requerimento, solicitando licença para assumir, no dia 29 de janeiro de 1992, a Secretaria Especial de Esporte e Turismo do Estado do Paraná, convidado que fui pelo Excelentíssimo Senhor Governador. Considerando que

esta Casa encontra-se em recesso parlamentar solicito, outrossim, que atendidas as exigências de ordem constitucional e legal, seja o mesmo, oportunamente submetido ao Plenário desta Casa. Sem outro particular, apresentamos nossos protestos de estima e consideração. Assinado JOSE AFONSO JÚNIOR. Teor do requerimento: Senhor Presidente: O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, respeitosamente, a Vossa Excelência, cumpridas as formalidades legais, licença do exercício do mandato, por tempo indeterminado, a partir do próximo 29 de janeiro de 1992, tendo em vista o mesmo haver sido convidado pelo Senhor Governador do Estado para assumir a Secretaria Especial de Esporte e Turismo do Estado do Paraná.

Informo outrossim, que faz opção pela remuneração do mandato, na forma que lhe permite o § 3º, do artigo 60, da Constituição do Estado do Paraná. Assinado: JOSE AFONSO JÚNIOR. O expediente referido recebeu do Senhor Presidente o seguinte despacho: 1) Deferido; 2) Protocole-se; 3) Inclua-se no expediente; 4) A DL. e DP.. Em 28 de janeiro de 1992 - ANIBAL KHURY - Presidente. Em seguida o Senhor Presidente convocou o Suplente da bancada do Senhor Deputado licenciado para assumir o cargo de Deputado face a licença do Senhor JOSE AFONSO JÚNIOR, para assumir o cargo de Secretário da Secretaria Especial do Esporte e Turismo.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ABIB MIGUEL

Diretor Geral e Secretário da
Comissão Executiva

ATA DE POSSE DE SUPLENTE DE DEPUTADO

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e noventa e dois, às dezesseis horas, o Senhor Presidente ANIBAL KHURY anunciou a presença no Gabinete da Presidência do Senhor OSVALDO TREVISAN, suplente de Deputado que assumirá a cadeira de Deputado Estadual, na vaga deixada pelo Senhor Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, licenciado para assumir o cargo de Secretário da Secretaria Especial do Esporte e Turismo. Em seguida o Senhor Presidente cumprindo as disposições contidas nos §§ 3º e 5º do artigo 4º, do Regimento Interno, convida o Senhor OSVALDO TREVISAN que proceda o compromisso de posse. O Senhor OSVALDO TREVISAN prestou o seguinte compromisso: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ESTADUAL, DESEMPENHAR O

MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DO NOSSO ESTADO". Terminado o compromisso o Senhor Presidente declarou-o empossado no cargo de Deputado Estadual. O Senhor Presidente em nome do Poder Legislativo dá as boas vindas ao Senhor Deputado empossado, passando-lhe a palavra. Usando da palavra o Senhor Deputado OSVALDO TREVISAN, agradeceu as palavras do Senhor Presidente e a presença dos amigos na sua posse. Dando por encerrado o ato de posse o Senhor Presidente agradeceu a presença das autoridades e demais pessoas.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ABIB MIGUEL

Diretor Geral e Secretário da
Comissão Executiva

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 08ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvêrio, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colação (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, José Alves, José Arthur Ritti, Nilton César e Severino Félix (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/22/92, do Senhor Governador do Estado em exercício, restituindo Projeto de Lei Complementar nº 533/91. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATCC 1392/92, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil Substituto, em RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES, requerida pelo Deputado CARLOS SIMÕES ao Secretário da Educação, sobre "ensino e a prática de Educação Física nas Escolas Pública de 1º Grau do Estado". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1425/92, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil Substituto, em RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES, requerida pelos Deputados DOUTOR ROSINHA, ERNANI PUDELL e OVIDIO CONSTANTINO à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, sobre "projetos de saneamento ambiental desenvolvidos pela SANEPAR". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 09.03.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 119

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de VOTO DE PESAR à família NEGRÃO, pelo falecimento do Senhor OSCAR NEGRÃO, ocorrido em 07.03.92.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER VOTO DE PROFUNDO PESAR, PELOS FALECIMENTOS DOS SRS. NOBOYOSHI TOMOZAWA, APA-

RECIDA M. TOMOZAWA, NOELI MARIA TOMOZAWA, E WILLIAN CESAR CECHELERO, ocorrido em data de 06 próximo, às 21:00 horas, na altura do quilômetro 244 da PR-092, trecho entre Arapoti e Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa e comunicado à família enlutada, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor MEINOLFO HUMBERTO HEISS, ocorrido no dia de ontem, 8 de março de 1.992.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente Toledo perde mais uma pessoa de grande expressão, quando em acidente automobilístico, ocorrido ontem, MEINOLFO HUMBERTO HEISS teve sua vida ceifada.

A numerosa família HEISS, pioneira na Cidade de Toledo, liderada por Meinolfo Heiss, ininterruptamente têm trabalhado e participado do desenvolvimento do Município por mais de 35 anos, destacando-se em todas as atividades, quer sejam Sociais, Religiosas, Esportivas, Econômicas e Políticas.

Um Pioneiro que se vai, mas sempre ficará presente na memória do Povo, pelas obras realizadas. É justo que a Assembleia Legislativa se associe à dor da Família enlutada e do povo de Toledano.

REQUERIMENTO Nº 138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Pesar, pelo falecimento da Senhora AMABILE LAVARDA CIELO, ocorrido no dia 06 de fevereiro do corrente, na cidade de Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A senhora AMABILE LAVARDA CIELO, nascida em 25 de janeiro de 1.911, na cidade de Alfredo Chaves-RS., radicou-se em Toledo aonde residiu por 35 anos. Deixou, a prantejar sua morte, 12 filhos, 27 netos, 29 bisnetos e uma legião de amigos.

Dna. Amabile, em vida dedicou-se além da educação da família, de corpo e alma, ao Apostolado da Oração, levando sempre conforto e esperança aos mais necessitados.

É justo que a Assembleia Legislativa se associe à dor da família enlutada,

transmitindo as condolências.

REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito em Ata votos de congratulações pelo 29º aniversário do Jornal "DIÁRIO POPULAR", de Curitiba, fundado em 04 de março de 1.963.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

O Diário Popular, de Curitiba, comemorou, dia 04 do corrente, o 29º aniversário de sua fundação, transcorrido em meio a justificadas manifestações de regozijo, da comunidade paranaense.

Sob a liderança vitoriosa de Abdo Aref Kudri, diretor-presidente, da sua Editora Diário Popular Ltda., o prestigioso órgão da imprensa paranaense tem prestado relevantes serviços ao Estado, seja no "mister" nobilitante de informar e orientar a opinião pública, seja principalmente, pelas campanhas que tem promovido no interesse coletivo e de legítimas causas de grande justiça para os direitos de um incontável número de cidadãos.

Assim, propondo este voto de regozijo, esperamos a aprovação desta Casa, que, em assim procedendo, estará também homenageando a melhor imprensa do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 122

Senhor Presidente.

A opinião pública está acompanhando, chocada, a sucessão de crimes praticados por menores infratores, enquanto as autoridades se vêem tolhidas pela interpretação que se dá à nova legislação sobre o assunto, no caso a Lei Federal nº 8.086 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os casos se sucedem numa evolução geométrica, atingindo inclusive pessoas do Paraná, como um cidadão que foi executado a sangue frio tão logo chegou à capital paulista, onde fora a negócios. O médico Sérgio Ramos de Moura, que residia em São Paulo, foi sequestrado e fuzilado por dois garotos de dez anos de idade. Ontem, o vigia Bancário Hilton Santos, foi assassinado por um delinquente de 17 anos, que roubou Cr\$ 45 milhões do Banco onde o chefe-de-família morto trabalhava.

A sociedade está ficando chocada e em desespero: em Ponta Grossa o promotor de justiça determinou o recolhimento dos menores que integram gangues de rua e que estavam tornando impossível a circulação pelo centro da cidade. No Rio, o próprio exército saiu às ruas na área da Praça Saenz Pena, para patrulhar a área e devolver um pouco de tranquilidade ao povo. Re-

colhendo num só dia 8 adultos e 22 menores que assaltavam pessoas idosas, roubavam ônibus e saqueavam casas comerciais.

Neste país, sabemos que a tendência é sempre o exagero: no meio ambiente, ora destruímos nossas reservas de mata com queimadas criminosas, ora saltamos para uma proteção tão exagerada que o jacaré pode devorar o caboclo, mas o caboclo fica proibido de abater o jacaré que o ameaça...

No capítulo dos Direitos do Consumidor, depois de anos de descuido, criamos um código de Defesa do Consumidor que, levado ao pé da letra, chega ao absurdo de permitir o fechamento de um estabelecimento comercial por uma falta menor.

Nossa constituição, de 1988, festejada como redentora da cidadania, criou tantos direitos que a tentativa de fazê-los aplicados inviabilizaria o País - como se descobriu no capítulo da previdência e seguridade social.

Não foi diferente na legislação sobre o menor: nestes dois anos de aplicação da nova Lei julgou-se que o menor de rua, já adolescente, estava a salvo de qualquer ação disciplinadora da autoridade pública, tendo o direito de assaltar, matar, seqüestrar sem que pudesse ser preso ou, se detido, seria solto ato contínuo por Juízes benevolentes.

Aqui mesmo em Curitiba, quem consultar as duplas policiais que patrulham as nossas ruas, vão observar a extrema insegurança desses agentes da autoridade diante das gangues que rondam as casas e intimidam as pessoas:

É preciso ajustar a Lei à nossa realidade: o Governo do Estado, numa iniciativa feliz do Secretário do Trabalho e Ação Social - Deputado Djalma de Almeida César - em conjunto com a Associação das Empresas Proprietárias de Jornais Diários e Revistas do Paraná, está realizando seminários para interpretar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Jurista Edson Seda de Moraes, um dos membros da equipe de Redação do novo Código, afirmou na ocasião que é falsa a idéia de que o código proíbe o aprisionamento e internação de menores; o que ele proíbe é que os menores custodiados pela autoridade policial sejam colocados na mesma cela com delinquentes comuns.

Em função dessa situação, o Governo precisa criar condições para a imediata retirada das ruas dos menores delinquentes, recolhendo-os a estabelecimentos corretivos em que possam ser apresentados ao trabalho, ao estudo, à disciplina sem as quais não se forma o cidadão.

Sobretudo, é fundamental impedir que os menores continuem sendo conduzidos por marginais e quadrilheiros para praticarem

assaltos e crimes, enquanto a sociedade passivamente se vê destruída.

Senhores.

Se uma Lei não se ajusta à realidade, modifique-se a Lei, que para isso existe o aparato Legislativo regular.

Menores de 16 a 18 anos já têm discernimento para entender o caráter delituoso de seus atos anti-sociais, como afirmam especialistas respeitáveis.

E de resto, a própria Legislação Brasileira, que conferiu direito de voto aos menores acima de 16 anos, não pode fingir que eles ignoram as realidades da vida, cumprindo sejam responsabilizados pelos seus atos na medida justa, como em outros países civilizados.

O Brasil não pode assistir, inerte, ao apossamento das ruas de nossas cidades por elementos anti-sociais, como ensinam James Wilson e George Kelling - com sua teoria da "Janela Quebrada" - no dia em que os cidadãos desistirem de consertar as fachadas de suas residências, de recolherem o lixo de suas portas, de andarem pelas vias públicas, de se dedicarem ao trabalho produtivo - por medo ou desalento - estará dissolvido o liame que torna possível a vida em sociedade.

Não podemos perder a noção de equilíbrio e imaginar que, ao sustentarmos o direito de alguns, estamos afetando o direito dos demais.

A democracia exige serenidade no seu entendimento e firmeza na sua aplicação. Aplicar corretamente o Estatuto do Menor - Resguardando as crianças que necessitam de amparo social, mas restando a delinquência juvenil, deve ser a Diretriz no Paraná e no Brasil.

Sala das Sessões, em 08.03.92.

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO Nº 0132

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja solicitada a presença do Excelentíssimo Senhor Heron Arzuza, DD. Secretário de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos ao Plenário desta Casa, sobre denúncia veiculada na Folha de Londrina do dia 08 de março, a respeito de contratação de escritório jurídico particular pelo liquidante do BADEP, Senhor Moacir Hércules de Souza, cuja cópia está anexada a este requerimento.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(aa) ERNANI PUDELL
OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 0129

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 09.03.92

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Doutor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da TELEPAR, Indicando a urgente necessidade de ser aumentada a capacidade da central de Francisco Beltrão, com especial ênfase para implantação de maior número de Telefones Públicos.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Como as demais cidades de porte, do Sudoeste do Paraná e muito especialmente por sua ascensão regional, Francisco Beltrão, apresenta taxas de crescimento expressivas, especialmente nos bairros. E pela situação de cidade-polo, a busca de oportunidades de trabalho nessa cidade faz com que aumente a sua população - de um modo muito especial daqueles que mais necessitam das atenções e do trabalho do Poder Público.

Não há que se discutir ou comentar a utilidade de comunicação telefônica - ágil e eficiente - nas mais diversas atividades da comunidade. E no caso presente, a própria TELEPAR reconhece que existe a necessidade reclamada.

Assim, o que se deseja é que a companhia dedique especial carinho à necessidade de expansão do serviço telefônico em Francisco Beltrão, agilizando - dentro do possível - a implantação e implementação de novos telefones públicos naquela cidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES -
Francisco Beltrão - Paraná

Ofício nº 068/92

Francisco Beltrão, 26.02.92.

Senhor Deputado.

Vimos através do presente encaminhar cópia em anexo, do Requerimento nº 014/92 do Vereador Mateus Ferreira Leite, deliberado na sessão realizada em 25 de fevereiro de 1992, o qual solicita que Vossa Excelência formalize reivindicação junto à Presidência da TELEPAR, no sentido de pleitear o aumento da capacidade da central telefônica em Francisco Beltrão.

Sendo o que se nos apresenta, agradecemos a atenção de Vossa Excelência, renovando protestos de elevada estima e apreço, subscrevendo-nos,

Atenciosamente

(a) LUIZ CARLOS BAGGIO
Presidente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
JOÃO BATISTA DE ARRUDA
DD. DEPUTADO ESTADUAL
CURITIBA- PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Francisco Beltrão- Paraná

Proposição nº 014/92

Autor: MATEUS FERREIRA LEITE - PDS

Forma: REQUERIMENTO

Submetido a Plenária em: 24.02.92

Aprovado c/emenda apresentada pelo autor do requerimento, solicitando a emissão de ofício ao Deputado Estadual João Batista de Arruda. Em 25.02.92.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PR.

SOMULA: Requer a expedição de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR - gestionando-lhe aumento da capacidade da Central Telefônica de Francisco Beltrão. Cientificando-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para igual gerenciamento.

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado à Presidência da TELEPAR no sentido de prioritariamente determinar o aumento da capacidade da Central Telefônica em Francisco Beltrão.

Igualmente requer seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Francisco Beltrão para igual gerenciamento em favor dos munícipes.

JUSTIFICATIVA:

Em face do crescimento populacional urbano e das dimensões dos bairros, tem sido freqüente a reivindicação de implantação de mais aparelhos de telefones "públicos".

Entretanto a TELEPAR tem informado que a Central Telefônica existente no município não comporta mais aumento no número de aparelhos "públicos" instalados e que só é possível remanejamento de aparelhos já existentes.

É informado também pela TELEPAR Regional de que o problema de Francisco Beltrão é vivido por todas as principais cidades sudoestinas.

Assim, considerando-se que o desenvolvimento populacional tem sido maior em Francisco Beltrão, justifica-se o tratamento prioritário com a readequação e ampliação da capacidade da Central Telefônica Beltronense.

Hoje várias dezenas de aparelhos são reivindicadas pela população e sabendo-se do crescimento populacional e da própria expansão urbana, urge providências para manutenção de um bom serviço de telecomunicações ao dispor do público usuário.

Dessa forma, confia-se na boa compreensão e disposição da Presidência da TELEPAR, em priorizar a ampliação da capacidade da sua central em Francisco Beltrão.

Respeitosamente
(a) MATEUS FERREIRA LEITE
VEREADOR

REQUERIMENTO Nº 0113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Presidente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando a construção de um "Ginásio de Esportes" anexo ao Colégio Estadual Marquês de Caravelas da Cidade de Arapongas.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marquês de Caravelas é o maior e mais antigo de Arapongas, possuindo atualmente um contingente de 3.800 (Três mil e oitocentos) alunos em suas várias séries.

Contudo, não possui o referido Colégio Estadual uma quadra adequada à prática permanente de esportes, sequer para a prática obrigatória das aulas de Educação Física cujo ministério decorre mais do empenho do corpo docente do que de recursos materiais oferecidos.

Inobstante tal fato, é o Colégio Estadual "Marquês de Caravelas" - um dos mais destacados nos campeonatos esportivos locais e regionais que se tem realizado.

Por isso tudo é o presente apelo no sentido de que a FUNDEPAR ali faça construir uma quadra moderna de esportes, com arquibancadas para os grandes acontecimentos cívicos e esportivos, e, com isso, dê oportunidade para o crescimento físico e cívico da população estudantil do Município.

REQUERIMENTO Nº 0120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, Doutor Nizan Pereira, para que seja cumprido o acordo firmado entre o Governo do Estado e os assentados da Fazenda Santana, no Município de Campo Bonito, no que tange a construção de um Posto de Saúde, para o atendimento às diversas famílias lá assentadas.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, efetiva-se face ao cumprimento com que os órgãos responsáveis firmaram na data de 09.10.91, conforme a cópia da documentação que se segue em apenso.

REQUERIMENTO Nº 0121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Soberano Plenário, o envio de expediente do Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, Prof. Elias Abrahão, para que seja cumprido o acordo firmado entre o Governo do Estado e os assentados da Fazenda Santana, no Município de Campo Bonito, no que tange a construção de uma Escola Estadual de 1º Grau, para o atendimento aos filhos dos agricultores assentados na referida Fazenda.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação efetiva-se face ao cumprimento com que os órgãos responsáveis firmaram na data de 09.10.91, conforme a documentação que se segue em apenso.

REQUERIMENTO Nº 0131

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio e expediente oficial da Casa ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Sr. Reinhold Stephanes, solicitando providências quanto ao direito da percepção de pelo menos um salário mínimo e a concessão da aposentadoria aos 55 anos para a trabalhadora do campo, e o pagamento das aposentadorias e pensão para 27 mil trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A crítica situação dos trabalhadores rurais paranaenses merece atenção imediata da previdência social.

Enquanto as trabalhadoras rurais não têm acesso à aposentadoria aos 55 anos, conforme previsto na Constituição, outros 27 mil trabalhadores estão sem receber aposentadorias ou pensão desde o dia 06 de dezembro do ano passado, sobrevivendo em limites dramáticos.

Para evitar que estes trabalhadores continuem sendo penalizados, o Ministério da Previdência Social deve tomar providências imediatas, de forma que seja feita justiça.

REQUERIMENTO Nº 0134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Previdência, apelando no sentido de uma solução urgente no caso dos aposentados rurais.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO Nº 0135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Paulo Roberto Carneiro, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto de Serviço Telefônico, na Comunidade de São José do Canoas no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Na comunidade de São José do Canoas, residem 75 famílias e que precisam se deslocar numa distância de 17 km até chegarem à sede do Município. Além do mais, outras comunidades com menor número de habitantes e menor distância da sede já possuem PS.

O atendimento desta solicitação vem solucionar um entre os tantos problemas vividos por esta população rural evitando o deslocamento dos mesmos por motivo de doenças ou na busca de informações relacionados a negócios e outros afazeres.

REQUERIMENTO Nº 0136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Nizan Pereira, solicitando o credenciamento da UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O atendimento desta solicitação vem de encontro ao Artigo 168 da Constituição Estadual do Paraná onde diz que "as ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita preferencialmente, através de serviços oficiais, e, subjetivamente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado".

O Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz, Município de Medianeira atende prioritariamente a população de baixa renda. Em vista do achatamento salarial da população urbana e o baixo preço dos produtos agrícolas pagos aos produtores e

trabalhadores rurais, tem crescido e muito o número de pessoas que adoecem e que não podem pagar tratamentos de saúde em outros hospitais, aumentando assim a procura pelo Hospital em questão.

REQUERIMENTO Nº 0116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, requer seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Maurício Requião, solicitando informações sobre o "kit escolar".

As inquirições a serem respondidas são as seguintes:

1) - Quais são os itens que compõem o "kit escolar"?

2) - Qual o custo, item por item, do "kit escolar"?

3) - Os "kit escolar" estão sendo enviados individualmente aos alunos da rede pública estadual, em sacolas? Ou,

4) - Os "kit escolar" são, em verdade, um volume de material enviado às escolas para ser distribuído pelas direções?

5) - Existem critérios seletivos para a distribuição do "kit escolar" aos alunos da rede pública? Ou,

6) - O "kit escolar" será distribuído a todos os alunos da rede pública oficial de ensino do Paraná, indistintamente de condições do poder aquisitivo da família?

7) - Qual o custo da divulgação do "kit escolar" nos meios de comunicação social, discriminando quais os veículos responsáveis pela divulgação e a quanto coube de remuneração a cada um?

8) - Quem são os fornecedores, item por item, do material que compõe o "kit escolar"?

9) - Quantos por cento dos alunos da rede oficial de ensino já receberam o "kit escolar"?

10) - Em números absolutos, quantos alunos já foram beneficiados?

11) - Quais as regiões que ainda não foram atendidas?

12) - Quando serão atendidas?

13) - O material de consumo que compõe o "kit escolar", uma vez utilizado, será reposto a cada um dos alunos no transcurso do ano letivo?

14) - Quantos alunos serão contemplados com o "kit escolar"?

15) - Qual a quantidade cabível a cada aluno, de cada item que compõe o "kit escolar", que já foi recebido pela FUNDEPAR?

16) - Qual o cronograma inicial do recebimento do material que compõe o "kit escolar" pela FUNDEPAR?

17) - Na eventualidade de atraso, quais as providências tomadas pela FUNDEPAR?

18) - Quantos "kit escolar" estão previstos a serem distribuídos ao longo do ano letivo para cada aluno da rede pública estadual?

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A distribuição do "kit escolar" gerou muita polêmica em todo o Estado. Trata-se de questão de fundamental importância, pois versa sobre a implementação de condições de estudo para os alunos da rede pública. É dever da autoridade responsável prestar os esclarecimentos que se fizerem oportunos e necessários, em nome da transparência administrativa e da verdade exposta à sociedade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 033/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída no âmbito da Administração Pública a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor, sob a sigla CNVDC, que será exigida de pessoas físicas ou jurídicas que participem de licitações, sob qualquer uma de suas modalidades, ou que negociem habitualmente com a Administração Pública.

Parágrafo Único - A CNVDC será exigida, também, pelas Autarquias, Empresas, Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 2° - A CNVDC será fornecida pelo PROCON, órgão estadual de proteção ao consumidor, mediante recolhimento de taxa competente para a expedição de certidões já instituídas no âmbito da Administração Pública.

Art. 3° - Recebido o pedido da Certidão, o PROCON verificará a existência de ações distribuídas por danos ou violações aos direitos do consumidor, junto ao foro domiciliar do requerente, expedindo a CNVDC em cinco dias, contados do protocolo do pedido.

Art. 4° - A pessoa física ou jurídica da qual esteja sendo exigida a CNVDC poderá obtê-la, cumprida a formalidade do Art. 2°.

Art. 5° - Da CNVDC constará a fase em que se encontra o processo administrativo ou judicial, inclusive se a ação já transitou em julgado e a pena aplicada ao violador.

Parágrafo Único - A existência de processo administrativo ou judicial em tramitação, ou no caso de pena ainda a ser cumprida, impede a participação da pessoa física ou jurídica na licitação.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente Projeto de Lei é criar mais um mecanismo de proteção aos direitos do consumidor.

A exigência da Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor (CNVDC), emitida pelo PROCON, órgão estadual de proteção ao consumidor, constitui-se em documento que visa comprovar a inexistência de processo administrativo ou judicial em tramitação contra a pessoa física ou jurídica requerente, que pretenda participar de licitações, sob qualquer de suas modalidades, ou que negociem habitualmente com a Administração Pública. Da CNVDC também deverá constar se a ação contra o requerente já transitou em julgado e a pena aplicada ao violador.

Além da proteção aos direitos do consumidor, evitando danos e prejuízos ao mesmo, a Lei prestigia o empresário que preza pela qualidade de seus produtos e serviços, proporcionando ao consumidor aquilo que efetivamente lhe é devido.

Sendo o que se apresentava para o momento, finalizamos certos do apoio dos nobres Pares, por acreditarmos ser o Projeto revestido do mais alto senso de justiça.

PROJETO DE LEI N° 034/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Santo Antônio, situada à Rua Bernardo de Vasconcellos n. 26, Bairro Jardim Carvalho no Município de Ponta Grossa.

Art. 2° - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santo Antônio, Sociedade de Caráter beneficente e educacional que tem por finalidade amparar crianças, jovens e adultos, sem distinção de cor, raça e credo religioso, vem desenvolvendo atividades como: reuniões mensais para orientação e informação às mães, com palestras, apresentando vídeos cassete com programas de orientação sobre educação, higiene, etc.; São fornecidas 03 (três) refeições diárias durante todo o período letivo.

As atividades didático pedagógicas e de recreação, estão sendo cumpridas de acordo com o planejamento anual de 04 professoras no período matutino e outras no período da tarde.

Até a presente data, todas as despesas em geral, são mantidas através de contri-

buições, doações e auxílios, porém, a entidade vem encontrando muitas dificuldades para a manutenção de seus serviços, uma vez que os recursos são escassos, razão pela qual apresentamos este Projeto de Lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a Creche Santo Antônio desenvolva melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 035/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Theodoro Ratisbonne, situado à Rua Francisco Anacleto da Fonseca nº 1005, Vila Rio Branco no Município de Castro.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Theodoro Ratisbonne, Sociedade Civil, Filantrópica, de caráter assistencial, vem desenvolvendo atividades tais como: atendimento sem distinção alguma de religião, cor, raça ou origem etc, a famílias carentes, com cestas básicas de alimentos, tratamentos dentários, vestuários, aluguéis, água, luz; encaminhamento de documentações: carteiras de trabalho, aposentadoria, óbitos; e passagens para vários Estados.

Até a presente data, as despesas em geral, vêm sendo mantidas através de eventos, contribuições e promoções, mas apesar disso, a entidade vem encontrando muitas dificuldades em manter seus serviços, face à escassez de recursos, razão pela qual apresentamos este Projeto de Lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que o Instituto Theodoro Ratisbonne, possa desenvolver melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 036/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Emanuel, com sede e Foro em Cascavel.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Emanuel tem por finalidade e princípio promover a solidariedade humana, auxiliar famílias e pessoas que estejam necessitando de ajuda financeira, social, cultural, educativa, religiosas e recreativa, promover cursos

de formação religiosa social e econômica e de preparação profissional e conjugar esforços para solucionar problemas atinentes a pessoas necessitadas da comunidade.

A documentação apresentada pela Associação e anexada à presente, preenche os requisitos exigidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Entidades.

PROJETO DE LEI Nº 037/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e Foro em Guaraniaçu.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro em Guaraniaçu, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial, e tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e a infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante.

Face aos objetivos da Entidade e documentos apresentados, entendemos que a Entidade preenche os requisitos exigidos pela Lei que regulamenta a matéria e merece o apoio dos nobres Parlamentares visando que seja declarada de utilidade pública através deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 038/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado de Guaraniaçu, com sede e Foro no Município.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR - Programa do Voluntariado de Guaraniaçu, com sede e foro no Município, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica e que entre outras atividades desenvolvidas, atende a criança carente, o idoso e o deficiente, razão pela qual propomos o presente Projeto de Lei, e para o qual contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 039/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação "Filhas de São Camilo", com sede em Matelândia.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação "Filhas de São Camilo" tem por finalidade proporcionar assistência a doentes, a fundação, direção e administração de Hospitais, Preventórios, Dispensários, Sanatórios, Asilos, Escolas, Oficinas e toda espécie de estabelecimentos ou obras sociais.

A documentação apresentada pela Associação e Anexada ao presente, preenche os requisitos exigidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Entidades.

PROJETO DE LEI Nº 040/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no Município, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por fim o estudo, o treinamento, a educação e o ajustamento social de crianças e adolescentes, que por seu desenvolvimento mental, aptidões ou caráter excepcionais, necessitam de assistência individual em ambiente médico-pedagógico especialmente orientado, razão pela qual propomos o presente Projeto de Lei, e para o qual contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 041/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Menor de Guaraniaçu, com sede e foro no Município.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Clube do Menor de Guaraniaçu, entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial, foi fundado em maio de 1984 e tem por finalidade principal proporcionar assistência social e promoção humana junto aos menores carentes, abandonados e desajustados, de ambos os sexos, sem qualquer distinção de raça ou cor, condição social, crença religiosa ou política, na faixa etária de 06 a 16 anos de idade, educando-os e orientando-os com o fim específico de integrá-los a qualquer comunidade, e apresenta os documentos exigidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus é verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão.

(É lida e aprovada a Ata. Finda a leitura do Expediente).

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º Orador inscrito, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A opinião pública está acompanhando, chocada, a sucessão de crimes praticados por menores infratores, enquanto as autoridades se vêem tolhidas pela interpretação que se dá à nova legislação sobre o assunto, no caso a Lei Federal n. 8.086 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os casos se sucedem numa evolução geométrica, atingindo inclusive pessoas do Paraná, como um cidadão que foi executado a sangue frio tão logo chegou à capital paulista.

O médico Sergio Ramos de Moura que residia em São Paulo, foi sequestrado e fuzilado por dois garotos de dez anos de idade. Semana passada o vigia Bancário Hilton Santos, foi assassinado por um delinqüente de 17 anos, que roubou Cr\$ 45 milhões do Banco onde o chefe-de-família morto trabalhava.

A sociedade está ficando chocada e em desespero: Em Ponta Grossa o Promotor de Justiça determinou o recolhimento dos menores que integram gangues de rua e que estavam tornando impossível a circulação pelo centro da cidade. No Rio, o próprio exército saiu às ruas na área da Praça Saenz Pena, para patrulhar a área e devolver um pouco de tranqüilidade ao povo, recolhendo num só dia 8 adultos e 22 menores que assaltavam pessoas idosas, roubavam ônibus e saqueavam casas comerciais.

Neste país, sabemos que a tendência é

sempre o exagero: no meio-ambiente, ora destruímos nossas reservas de mata com queimadas criminosas, ora saltamos para uma proteção tão exagerada que o jacaré pode devorar o caboclo, mas o caboclo fica proibido de abater o jacaré que o ameaça...

No capítulo dos direitos do consumidor, depois de anos de descuido, criamos um código de defesa do consumidor que, levado ao pé da letra, chega ao absurdo de permitir o fechamento de um estabelecimento comercial por uma falta menor.

Nossa Constituição, de 1988, festejada como redentora da cidadania, criou tantos direitos que a tentativa de fazê-los aplicados inviabilizaria o País - como se descobriu no capítulo da previdência e seguridade Social.

Não foi diferente na legislação sobre o menor: nestes dois anos de aplicação da nova lei julgou-se que o menor de rua, já adolescente, estava a salvo de qualquer ação disciplinadora da autoridade pública, tendo o direito de assaltar, matar, seqüestrar sem que pudesse ser preso ou, se detido, seria solto ato contínuo por juízes benevolentes.

Aqui mesmo em Curitiba, quem consultar as duplas policiais que patrulham as nossas ruas, vão observar a extrema insegurança desses agentes da autoridade diante das gangues que rondam as casas e intimidam as pessoas:

É preciso ajustar a lei à nossa realidade: o Governo do Estado, numa iniciativa feliz do Secretário do Trabalho e Ação Social - Deputado Djalma de Almeida César - em conjunto com a Associação das Empresas Proprietárias de Jornais Diários e Revistas do Paraná, está realizando Seminários para interpretar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu acho que o caminho é por aí.

O jurista Edson Seda de Moraes, um dos membros da equipe de redação do novo código, afirmou na ocasião que é falsa a idéia de que o código proíbe o aprisionamento e internação de menores; o que ele proíbe é que os menores custodiados pela autoridade policial sejam colocados na mesma cela com delinquentes comuns.

Em função dessa situação, o Governo precisa criar condições para a imediata retirada das ruas dos menores delinquentes, recolhendo-os a estabelecimento corretivos em que possam ser apresentados ao trabalho, ao estudo, à disciplina sem as quais não se forma o cidadão.

Sobretudo, é fundamental impedir que os menores continuem sendo conduzidos por marginais e quadrilheiros para praticarem assaltos e crimes, enquanto a sociedade passivamente se vê destroçada.

Senhores.

Se uma lei não se ajusta à realidade, modifique-se a lei, que para isso exige o aparato legislativo regular. Menores de 16 a 18 anos já têm discernimento para entender o caráter delituoso de seus atos anti-sociais, como afirmam especialistas respeitáveis. E de resto, a própria legislação brasileira, que conferiu direito de voto aos menores acima de 16 anos, não pode fingir que eles ignoram as realidades da vida, cumprindo sejam responsabilizados pelos seus atos na medida justa, como em outros países civilizados.

O Brasil não pode assistir, inerte, ao apossamento das ruas de nossas cidades por elementos anti-sociais. Como ensinam James Wilson e George Kelling - com sua teoria da "Janela Quebrada" - No dia em que os cidadãos desistirem de consertar as fachadas de suas residências, de recolherem o lixo de suas portas, de andarem pelas vias públicas, de se dedicarem ao trabalho produtivo - por medo ou desalento - estará dissolvido o liame que torna possível a vida em sociedade.

Não podemos perder a noção de equilíbrio e imaginar que, ao sustentarmos o direito de alguns, estamos afetando o direito dos demais. A democracia exige serenidade no seu entendimento e firmeza na sua aplicação. Aplicar corretamente o estatuto do menor - resguardando as crianças que necessitam de amparo social, mas reprimindo a delinquência juvenil, deve ser a diretriz no Paraná e no Brasil.

E como esse problema é um problema nacional, mas aqui há muito que ser feito pelo Governo do Estado, eu requeiro, ouvida a Casa, que se remeta cópia deste pronunciamento ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social. Era este o Requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que o assunto que abordarei nesta tribuna deve interessar a todo o Plenário desta Casa, visto o mesmo estar se transformando numa polêmica a nível de Estado; é a questão do kit escolar. São diferentes as preocupações, são diferentes os questionamentos que se tem a nível de Estado com relação à divulgação que se deu ao kit escolar e a realidade pela qual passa a escola pública e os seus alunos quanto a realização desse programa. Nós estamos requerendo à Casa, através da Casa, ao Superintendente da Fundepar, esclarecimentos para que possamos levar ao conhecimento da imprensa do Paraná e também aos Senhores Parlamentares e em conse-

quência aos municípios do Paraná, a realidade com relação ao kit escolar. Houve muita divulgação, houve muito pomposidade e lamentavelmente parece que as coisas não se desdobram para a importância que se deu ao kit escolar. Nós estamos vendo uma defasagem, uma reclamação muito grande quanto a composição do kit escolar, e a preocupação maior devido a deficiência também da FAE, através do MEC, com relação ao livro escolar, nós estamos vendo um processo ainda mais complicado, visto que os alunos das escolas públicas estão tendo que arcar com o preço do livro, que é o o preço mais caro, que é a fantasia do "kit escolar".

Estamos, em suma, requerendo o seguinte: (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Maurício Requião, solicitando informações sobre o "kit escolar".

As inquirições a serem respondidas são as seguintes:

- 1) Quais são os itens que compõem o "kit escolar"?
- 2) Qual o custo, item por item, do "kit escolar"?
- 3) Os "kit escolar" estão sendo enviados individualizadamente aos alunos da rede pública estadual, em sacolas? Ou,
- 4) Os "kit escolar" são, em verdade, um volume de material enviado às escolas para ser distribuído pelas direções?
- 5) Existem critérios seletivos para a distribuição do "kit escolar" aos alunos da rede pública? Ou,
- 6) O "kit escolar" será distribuído a todos os alunos da rede pública oficial de ensino do Paraná, indistintamente de condições do poder aquisitivo da família?
- 7) Qual o custo da divulgação do "kit escolar" nos meios de comunicação social, discriminando quais os veículos responsáveis pela divulgação e a quanto coube de remuneração a cada um?
- 8) Quem são os fornecedores, item por item, do material que compõe o "kit escolar"?
- 9) Quantos por cento dos alunos da rede oficial de ensino já receberam o "kit escolar"?
- 10) Em números absolutos, quantos alunos já foram beneficiados?
- 11) Quais as regiões que ainda não foram atendidas?
- 12) Quando serão atendidas?
- 13) O material de consumo que compõe o "kit escolar", uma vez utilizado, será repostado a cada um dos alunos no transcurso do ano letivo?

14) Quantos alunos serão contemplados com o "kit escolar"?

15) Qual a quantidade cabível a cada aluno, de cada item que compõe o "kit escolar", que já foi recebido pela FUNDEPAR?

16) Qual a cronograma inicial do recebimento do material que compõe o "kit escolar" pela FUNDEPAR?

17) Na eventualidade de atraso, quais as providências tomadas pela FUNDEPAR?

18) Quantos "kit escolar" estão previstos a serem distribuídos ao longo do ano letivo para cada aluno da rede pública estadual?

Sala das Sessões, em 09.03.92

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A distribuição do "kit escolar" gerou muita polêmica em todo o Estado. Trata-se de questão de fundamental importância, pois versa sobre a implementação de condições de estudo para os alunos da rede pública. É dever da autoridade responsável prestar os esclarecimentos que se fizerem oportunos e necessários, em nome da transparência administrativa e da verdade exposta à sociedade.

Esses são os questionamentos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, visto que são constantes as reclamações. A imprensa do Paraná tem colocado em dúvida o aspecto social do "kit escolar", tem colocado em dúvida esta aparência na divulgação e a falta da realidade na concretização. Por isso, acredito que este plenário, com estas respostas, estará satisfeito para responder aos questionamentos que obviamente venham a ter; e esperamos que as respostas a este nosso Requerimento não aconteçam como respostas a requerimentos anteriores que levam 4, 5 ou 6 meses ou mais, e não as temos, ou quando chegam o fato já se diluiu pelo tempo.

Esperamos que, com a mesma seriedade que estamos apresentando à Casa esta preocupação que não é apenas deste Parlamento, mas de todo este Parlamento e da sociedade paranaense, possa obter as respostas o mais breve possível para que se esclareça ao Paraná sobre a realidade - creio que não -, mas que está posto, até prova em contrário de uma fantasia muito grande em cima desse "kit escolar". Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. No ano passado, no início da Legislatura, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, solicitamos uma CPI para averiguar a situação da saúde financeira do Estado do Paraná, mais especi-

ficamente, da situação do BADEP.

Naquele momento, era recente a intervenção do BADEP e nós achávamos que era necessário esclarecer a situação daquele Banco de Desenvolvimento. Essa CPI não foi instalada até a presente data, uma vez aprovada, porque os líderes partidários não indicaram os membros dessa CPI e por sua vez, o Presidente dessa Assembléia também não o fez conforme mandava e manda o Regimento Interno.

O BADEP sofreu uma intervenção que todos nós sabemos, até hoje não esclarecida e como até hoje também não é esclarecida a situação daquele Banco. Temos lá um interventor e tudo o que se alega é que a intervenção se deu por birra política do Senhor Governador da época, Alvaro Dias e ela foi mantida por teimosia do atual Governador Roberto Requião.

O Banco Central designou o liquidante Moacir Hércules de Souza que está lá até a presente data e como nós sabemos não tem data para terminar essa intervenção.

Nós não sabemos quando ela será suspensa e provavelmente vai se prolongar por muitos anos, basta lembrar a Delfin, que já faz mais de dez anos que houve a intervenção do Banco Central e o interventor continua naquela financeira até hoje, porque é muito cômodo para eles: além do salário, recebe-se extras e diárias e muito mais dinheiro em função de ser o interventor.

Nós esperamos que não seja esse o caso do BADEP, mas parece que isso também não vai se dar. O atual interventor, logo após ocupar-se desse cargo, passou a contratar escritórios de advogados demitidos do próprio BADEP e pagando cerca de cento e cinquenta e oito mil dólares de gratificação a esse escritório. A maioria dos advogados que hoje defendem o BADEP, são ex-funcionários que foram demitidos daquele Banco e até o momento o Senhor Governador não fala a respeito de nada. O Senhor Governador calou-se e não fala nada a respeito se suspende ou não a essa intervenção.

Nós, da Bancada do PT, esperamos que os Senhores Deputados votem favoráveis a um requerimento nosso, convidando o Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, para que venha a esta Casa esclarecer como se encontra o BADEP, como ele está na sua situação financeira e por que o BADEP está contratando ex-funcionários, ex-servidores com preços superfaturados para atuar juridicamente neste caso.

Nós esperamos que a transferência e a postura democrática do Senhor Governador seja refletida aqui nesta Casa, que a postura não fique no discurso, mas fique na prática, convocando o Senhor Heron Arzua. Gostaríamos de ver esse requerimento aprovado na data de hoje, para que pudéssemos

esclarecer todas as dúvidas do BADEP.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres colegas.

Uso a tribuna nesta tarde para pedir a cada um dos Senhores que tem em Brasília algum contato com Deputados Federais, amigos, ou que fizeram coligações nas eleições para que a gente pressione o Governo Federal, para que reveja o problema do defeso do camarão que afeta o litoral do Paraná.

Hoje, no campo, a euforia é grande. A safra foi generosa e os recursos estão aí, só que hoje, desde as sete da manhã, o IBAMA, em Paranaguá, está cercado por cerca de oitocentos pescadores que perderam a sua condição de pescar devido o início de defeso, um defeso muito mal feito, uma lei muito mal feita porque em um País que tem 8.500 quilômetros de costa, o defeso vale para todo o litoral. E nós sabemos que o litoral do Brasil tem climas diferentes na sua extensão, só que o Governo tira o pão do pescador e não dá nenhuma alternativa; ele cria um jejum obrigatório desse mesmo pescador que não tem onde recorrer. E os Srs. se lembram - e principalmente o Deputado Tavares deve se lembrar - que no Congresso foi aprovada uma lei que permite que o Governo pague seguro desemprego na época do defeso, só que a lei foi feita, foi aprovada e não está em validade.

Eu gostaria muito que os Srs. pressionassem e pedissem aos seus Deputados Federais companheiros para que juntos ajudemos o litoral do Paraná. Todos os Deputados aqui que têm alguma participação em algumas cidades do litoral que fizessem isso em nome dos pescadores, em nome desta população que hoje não tem onde recorrer para poder ter sua alimentação garantida. E o que é mais triste é que o Ibama pega os equipamentos destes pobres pescadores, pescadores de canoas, artesanais, e queimam seus instrumentos de trabalho. Só que o defeso é passageiro e o pescador não tem condições quando acaba o período do defeso para voltar a comprar o seu equipamento.

Por isso hoje eu faço este apelo a todos da Assembléia Legislativa e ao Estado do Paraná. E em outras oportunidades eu dizia que o campo do litoral é o mar. E hoje o mar está vivendo a sua grande seca, que é o defeso do camarão.

Por isso gostaria que hoje os Srs. ajudassem os milhares de pescadores que pescam seus, no máximo 10, quilos de camarão por dia para fazer sua família sobreviver.

Hoje estes pescadores pretendem, em

troca de uma cesta básica, acabar com o movimento em Paranaguá para que possam alimentar suas famílias.

Se existe uma coisa feia no mundo é a fome. E hoje o litoral do Paraná vive a fome do pescador.

Por favor Srs. Deputados, ajudem com seus Deputados Federais a ajudar os pescadores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, ainda com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Por mais uma vez usei esta tribuna para colocar aqui algumas questões relacionadas com o problema da aposentadoria no Brasil.

A primeira vez que usei a tribuna para tratar deste assunto, o que me motivou foi exatamente a necessidade de apelar ao Governo para que regulamentasse os dispositivos constitucionais por nós aprovados durante a Assembléia Nacional Constituinte. E uma vez que esta regulamentação já tinha sido feita ainda no nosso tempo de Congresso Nacional, e o Sr. Presidente da República havia vetado por inteiro esta regulamentação. Na Constituinte foram dois anos de profunda discussão sobre a questão da Previdência no Brasil. Após a Constituinte, mais três anos foram tomados sendo que dois no período Legislativo no qual fiz parte e um do atual Congresso Nacional. E até agora, lamentavelmente, a situação dos aposentados brasileiros continua como dantes no Quartel de Abranches! Ou seja, nada de objetivo aconteceu. E isto não podemos aceitar em silêncio.

Eu acho que - e seria até repetitivo, mas nunca é demais lembrar aqui - é uma das questões mais importantes da vida da cidadania, a questão da Previdência Social.

Mas se os aposentados, ou aqueles que estão com tempo de serviço para se aposentarem, que vivem na cidade, os trabalhadores urbanos, se estes já não podem suportar esta indefinição do Governo, imaginemos nós os trabalhadores rurais; aqueles que lamentavelmente, depois de muito tempo, conseguiram ter uma aposentadoria de no máximo um salário mínimo, produto de muita luta nossa, diga-se de verdade. Estes, que se aposentaram com 65 anos de idade e que começam a trabalhar com 5 anos e que todos nós sabemos não dispõem da menor condição humana para sobreviver em que situação encontram-se estes aposentados rurais ou estas pessoas que estão com idade suficiente para pleitear esta aposentadoria. Isto é um absurdo, Sra. e Srs. Deputados! Isto é um acinte à consciência de

qualquer pessoa! E eu não sei o que é que o Governo Federal fica fazendo que não soluciona de vez esta questão. São pessoas humildes. São pessoas pobres. São pessoas doentes. Pessoas sem nenhum tipo de assistência, que não têm, sequer, dinheiro para comer e para comprar remédios! São estas pessoas, aos milhares, no Brasil, que não têm sequer o direito de receber o que a Constituição consagrou como direito elementar, que é a aposentadoria aos 65 anos para o homem e aos 60 anos para a mulher.

Se existe fraude na Previdência, é uma questão a ser encarada sob a ótica do crime, sob a ótica da lei. Mas, o que não se pode é, em nome desta fraude, prejudicar milhares de homens e mulheres que dependem, exclusivamente, para sobreviverem, deste mísero salário mínimo estipulado pela Constituição.

Neste sentido, o que é que cabe a um Deputado Estadual, alguém como eu, que vivi durante três anos, dois de Constituição e mais um como Deputado congressista, para ver consagrado, Deputado Dobrandino, este direito elementar de um cidadão, neste País, se não fazer um apelo e um pronunciamento, procurando expressar aqui, através da minha voz, a minha indignação pela forma com que estas pessoas são tratadas no Brasil.

Não nos cabe nada mais. Um colega, agora, faz um apelo para os Deputados Federais. É o que nos cabe, agora, Sr. Presidente. É o que nos cabe nesta hora. Dirigirmos o apelo ao Ministro da Previdência, que é paranaense. A Bancada do seu Partido, o PFL, aqui na Assembléia Legislativa e também no Congresso Nacional. Aos nossos Deputados Federais, no sentido de que agilizem, de que urgenciem a solução deste problema. É alguma coisa que não dá para deixar para amanhã, porque a fome não pode esperar pelo amanhã, o remédio não pode esperar o amanhã, o aluguel, a água, a luz, não podem esperar pelo amanhã. E estas pessoas, estas infelizes pessoas, se elas recebessem o salário mínimo, o título de aposentadoria, já não tinham condições dignas de sobrevivência, imaginem os Senhores que estas pessoas nem isto estão recebendo, em nome de irregularidades que, sabemos, existem na Previdência Social.

Portanto, eu venho à tribuna para reformular este apelo que venho fazendo, neste ano de mandato aqui neste ano de mandato aqui nesta Casa. Estou encaminhando ao Ministério da Previdência, apelando para que urgencie uma solução para o problema dos aposentados rurais brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente,

passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos o PMDB se deseja fazer uso do seu horário. Concedemos a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos a tribuna na tarde de hoje para dar ciência a esta Casa a cerca do movimento dos agricultores que ocorre no Vale do Ivaí.

Embora possa parecer estranho para alguns se falar novamente em Movimento de Agricultores naquela região, mas o fato Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a região do Vale do Ivaí mais uma vez se apresenta como uma das mais prejudicadas em termos da sua produção e da sua produtividade agropecuária.

Pelos dados que nos apresenta a Secretaria da Agricultura foi naquela região que mais problemas ocorreram em função da estiagem ocorrida também no mês de dezembro e janeiro principalmente deste ano.

Só para ter uma idéia a lavoura de algodão teve sua produção comprometida em mais de 35%, são dados da Secretaria do Estado da Agricultura. O arroz praticamente se perdeu a maioria da safra de arroz de sequeiros se perdeu. O milho teve também diminuída a sua produção assim como a soja, assim como o feijão das secas que muitas pessoas até deixaram de plantar em função de que não havia nenhuma perspectiva para tal.

Somado a tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez os agricultores se defrontam com problemas de ordem, bancária, devido a principalmente que os preços dos produtos agrícolas não foram corrigidos de acordo com aquilo que também foi corrigido os financiamentos que contraíram perante os bancos. Semana passada, mais precisamente no dia 29, estivemos numa reunião na cidade de Borrazópolis e um produtor relatava que no dia em que buscou o financiamento no Banco, ficou devendo 280 arrobas de algodão. Hoje quando está colhendo a sua safra e procura o Banco, para saldar essa mesma dívida que correspondia a 280 arrobas de algodão, ele chega ao Banco e encontra uma dívida que corresponde a 430 arrobas de algodão.

Na manhã de hoje, no Ginásio de Esportes de Jardim Alegre, com a presença de cerca de 2 mil agricultores do Vale do Ivaí, já que as dependências do Ginásio de Esportes estavam completamente tomadas, produtores fizeram novos relatos. Um deles nos chamou a atenção, no início da safra um litro de nuvação custava 2.600 e a arroba de algodão 2.800. Hoje a arroba de algodão custa 7 mil e nuvação está 18 mil cruzeiros. Quer dizer, o que era um por um, passou a ser dois e meio por um.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma situação realmente grave vivenciada pelos agricultores daquela região na sua grande maioria plantadores de algodão, principalmente porque aquilo que estabeleceu a política agrícola aprovada pelos nossos colegas Parlamentares, Deputados Federais e Senadores, não foi na prática implementada pelo Governo Federal, em que pese o Decreto de Sua Excelência, o Presidente da República, instituindo o crédito/equivalência no mês de outubro e até hoje não regulamentado pelos Bancos. Porque tudo isso levou a mais uma iniciarse a safra e lá a colheita de algodão teve início por volta do princípio de fevereiro, tinha gente colhendo algodão já no final de janeiro, começo de fevereiro, portanto, quarenta dias já se colhe algodão no Vale do Ivaí e até hoje ainda não existe recursos de IGF e AGF, quarenta dias depois e o dinheiro ainda não chegou ao Banco para que a safra fosse realizada.

O Sr. Colombino Grassano - (Aparte) - A preocupação de Vossa Excelência também é a nossa preocupação. Antes de eu vir a este Plenário da Assembleia Legislativa hoje, eu tive a preocupação de telefonar à Superintendência do Banco do Brasil aqui no Paraná, para saber informações sobre a IGF e AGF, a fim de que, principalmente nesta hora, os produtores de algodão, não sejam ludibriados mais uma vez como foram em outras oportunidades.

E me informava essa Superintendência de que essa semana será tomada uma providência urgente por parte o Banco do Brasil o reestabelecimento da RGF na maneira automática de se fazer o financiamento do algodão colhido.

Porque tem mais uma informação a prestar a Vossa Excelência, a Cooperativa Agrícola de Cotia está pagando hoje mil cruzeiros a menos por arroba de algodão do que o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal, de modo que está sendo altamente prejudicado o lavrador, prejudicado o produtor rural não só do Paraná, mas de todo o Brasil, ainda mais agora que o Governo Federal regulamenta uma lei do ano passado estabelecendo que todo o produtor rural terá que fazer uma contribuição mensal de 28,5% da folha de pagamento e mais a contribuição do empregado rural; isto iria chegar a 38% de contribuição, penalizando muito mais ainda ao agricultor brasileiro.

De modo que, longe de ajudar, de prestigiar e de defender, o Governo Federal infelizmente nesta altura está eliminando definitivamente com a agricultura brasileira.

Eu cumprimento Vossa Excelência pela preocupação que tem e pelo contato que tem

com os lavradores do Vale do Ivaí, que é também, como disse no início, a preocupação de todos os lavradores brasileiros.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço Vossa Excelência. Quero dizer aos Senhores Parlamentares de que a situação a cada dia que passa está se agravando mais, porque os recursos não chegaram, e as cooperativas como bem relata o Deputado Colombino, se vêm na mesma condição de que um simples cerealista, um comprador de cereais, porque não dispondo ela dos recursos do AGF e do EGF não resta à cooperativa se não apenas duas alternativas: receber o produto em depósito, ou então adquirir este produto do agricultor.

Muitas vezes o agricultor pelo seu compromisso bancário não pode apenas deixar este produto em depósito, precisa comercializá-lo, e aí as próprias cooperativas se vêm na obrigação até de só adquirir este produto também pelo preço de mercado que realmente está abaixo do preço mínimo.

Concedo um aparte ao Deputado Costenaro.

O Sr. Antonio Costenaro - Deputado Pessuti, realmente esta é uma preocupação de todos nós, sejamos agricultores ou não. Mas falo com tranquilidade da agricultura por estar militando na agricultura também, realmente mais uma vez Deputado Pessuti aquela história já velha, não é novidade nenhuma para o homem do campo, mais uma vez ele vê a propaganda rica através da imprensa, através das televisões, e principalmente, falando, o Governo Federal anunciando a importância da grande safra que o Brasil faz esse ano, parecendo assim, principalmente aquele que mora na cidade e vive desinformado da agricultura, ele na verdade vê um Governo competente, capaz de resolver o problema da fome com a agricultura; mas nós que militamos na agricultura mais uma vez sentimos que o Governo vem para tapear o povo, fazer com que o agricultor pague a conta sozinho.

Na verdade, não é possível, não é possível a gente plantar o algodão, embora vem a seca, atrapalha, rouba 20, 30% da produção; mas a verdade não dá para pagar a conta por quê?

Porque nós já não temos margem nenhuma para poder trabalhar na agricultura. Então, mais uma vez, Senhor Presidente, só para concluir, então, na verdade, nós temos uma dificuldade muito grande, mais uma vez nós vamos ver o quê? O agricultor abandonando a agricultura e se mudando para a cidade, e o exemplo disso eu vou dar o exemplo do meu Município de Jandaia do Sul, um Município pequeno com uma extensão territorial bem pequena, constatarem no

IBGE, agora, 420 residências desocupadas, por quê?

Porque as residências no meio rural que tem a casa, a residência, mas o homem abandonou a agricultura e foi para a cidade; enquanto na cidade está custando muito caro para manter o cidadão. Então, na verdade nós pretendemos ainda falar sobre este assunto, mas para encerrar eu quero dizer que é lamentável que a agricultura mais uma vez, de joelhos, vem falar aos pés dos banqueiros ou do Banco do Brasil, para poder ficar de pé, tentar plantar mais uma vez. Isso não pode mais acontecer!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para concluir. Nós estaremos encaminhando a todos os Senhores Parlamentares ainda na tarde de hoje, uma cópia do documento elaborado pela Comissão Executiva do Movimento dos Pequenos e Mini Produtores do Vale do Ivaí, onde relatam o problema e fazem algumas reivindicações ao Ministério da Agricultura e às autoridades Federais.

E também no dia de amanhã estaremos pedindo o registro desse documento nos Anais da Assembléia.

Ademais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra à Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Data mundial da mulher, o 8 de março, lembrado ontem, nos faz refletir especialmente sobre a situação da mulher no campo, que ainda não tem assegurados os mesmos direitos que as trabalhadoras urbanas.

Para a mulher do campo ainda há um longo caminho a ser percorrido; e para nós, políticos, há o desafio de transformarmos esta expectativa em realidade. Não podemos conviver com a idéia de que as trabalhadoras rurais não tenham reconhecidos direitos líquidos e certos o de receber pelo menos o salário mínimo, a aposentadoria aos 55 anos ou a licença-maternidade.

Previsto na Constituição de 1988, a aposentadoria aos 55 anos não passa de ficção, vergonhosa ficção, já que a Previdência não a reconhece nem como indivíduo, nem como cidadã, uma vez que não é cumprida, só acentua a injustiça e aumenta a fome no campo.

Este quadro adquire tons mais desumanos quando se lembra que outros 27 mil trabalhadores rurais estão há 3 meses sem receber suas aposentadorias, e sem encontrar condições de sobrevivência.

Acreditamos que esta Casa deva se po-

sicionar muito firmemente em relação a este estado de coisas, cobrando das autoridades governamentais e do Congresso Nacional, o que é devido aos trabalhadores rurais.

Temos esta dívida com tais trabalhadores. E precisamos resgatá-la já, antes que a situação adquira contornos ainda mais dramáticos.

E nós estamos entrando com um requerimento a esta Casa, enviando expediente ao Sr. Ministro do Trabalho e da Previdência Social, pedindo providências quanto ao pagamento das pensões e aposentadorias dos trabalhadores rurais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em entrevista publicada nos jornais neste final de semana, lemos que o Ministro Reinhold Stephanes, da Previdência Social, anuncia a revisão e pagamento de 4 milhões de benefícios rurais, pensões e aposentadorias, a partir deste mês.

Vamos acompanhar com atenção este processo, de forma que os trabalhadores rurais também do Paraná, não continuem sendo penalizados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As mulheres do campo vão se reunir em Brasília, de hoje ao dia 12, para manter contatos e audiências com diversos ministros, lideranças de partidos políticos, Deputados e Senadores, levando suas reivindicações.

Elas esperam conseguir que o Congresso derrube o veto do Presidente Collor ao pagamento do salário-maternidade.

E vão pedir que seja efetivado o pagamento de suas aposentadorias, e regulado o pagamento daqueles benefícios suspensos desde dezembro, em prejuízo de milhares de trabalhadores rurais.

Querem discutir com os setores competentes as questões relativas à saúde da mulher; a efetivação do direito à creche para seus filhos.

Gostaríamos de neste momento fazer um apelo ao Presidente desta Casa, que instale com a máxima urgência uma creche que possa atender os funcionários da Assembleia Legislativa. É uma reivindicação antiga dos trabalhadores desta Casa, porque muitos deles não têm com quem deixar seus filhos para que possam trabalhar com segurança e eficiência.

Fica então um apelo ao nosso Presidente, para que seja instalada, com a máxima urgência, uma creche para atender os funcionários desta Casa.

O Sr. Rafael Greca - Permite-me um aparte?

(Assentimento) Sugiro que o Presidente compre vales-creche da Secretaria Municipal da Criança para as funcionárias que tenham crianças, num trato direto com a Secretária da Criança, Dona Fani Lerner.

Assim, as crianças ficariam nos seus bairros de origem, se poupando do transporte até aqui e evitaríamos ter uma creche da Assembleia. Podia ser comprado um vale-creche da estrutura municipal.

O Sr. Ernani Pudell - Permite-me um aparte? (Assentimento)

Quero, em nome da bancada do PT, me somar à reivindicação de Vossa Excelência, e lembrar que ontem, dia 08, foi o Dia Internacional da Mulher.

Acredito que o direito à creche é um direito que vem sendo conquistado, consolidado por vários setores das mulheres trabalhadoras em nosso País. O Poder Legislativo do Paraná, que detém nos seus quadros um grande número de trabalhadoras, deveria dar o exemplo e atender também a esta reivindicação de Vossa Excelência, lembrando que talvez seja esta a opinião também de Vossa Excelência, que este direito atendido pela Mesa fosse estendido também e principalmente às mulheres que prestam serviços através de empresas prestadoras de serviços contratadas pela Assembleia. Não apenas o corpo de funcionários próprio do quadro de carreira desta Casa.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Obrigada.

Quero agradecer ao Deputado Rafael Greca. Fica aí a sugestão da compra do vale-creche para que sejam atendidos os filhos dos funcionários da Assembleia. Acreditamos ser esta uma reivindicação justa e um direito já adquirido dos funcionários desta Casa.

O Sr. Rafael Greca - Deputada Emília, ainda em complemento ao pronunciamento de Vossa Excelência, cumpre dizer que talvez devêssemos nos pronunciar neste dia que é o dia seguinte ao consagrado à mulher universalmente. No entanto, a sua condição de representante feminina nesta Casa, companheira leal e dedicada às causas mais luminosas e libertárias do nosso povo, faz com que Vossa Excelência, com tanta propriedade, aborde o tema na nossa tribuna.

E histórica esta sua passagem por esta Assembleia, "bendito o fruto entre os homens", e nós, ao saudarmos de boa vontade este seu pronunciamento, vemos nele a preocupação sensível de mãe e de mulher, e sobretudo, de patriota dedicada e de paranaista extremada.

Tem Sua Excelência, através das minhas palavras, as homenagens de toda a Assembleia, e sobremaneira a homenagem de todos os que amam o Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Obrigada.

Queremos que esta homenagem seja es-

tendida a todas as funcionárias desta Casa, a todas as mulheres que trabalham nesta Casa, às funcionárias também do meu gabinete que têm prestado um serviço com muito amor e muito carinho nesta Casa. Agradecemos também o aparte do Deputado Ernani Pudell.

A efetivação do direito da creche para os filhos dos trabalhadores. E sem deixar de lado também os problemas da violência.

Neste último caso devemos fazer um parêntese, para cobrar do governo do Estado uma solução doméstica para o Paraná. Em respeito às necessidades efetivas das mulheres paranaenses, o senhor Governador deve providenciar, com a máxima urgência, a implantação de abrigos e albergues para acolher as vítimas de violência, que muitas vezes não podem deixar de conviver com seus agressores, por não terem para onde ir.

A Constituição Estadual é bastante clara, quando estabelece que o Estado manterá este programa, em seu artigo 215, inciso III. E deste compromisso não poderá fugir. Assim esperamos.

Obrigada!" (Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 06 (seis), de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, contantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 271/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o município de Pinhais, com território desmembrado do município de Piraquara e divisas do atual distrito administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO - PARECER DA C.C.J.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 271/86.

Art. 1º - Fica criado o Município de PINHAIS, com território desmembrado do Município de Piraquara, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas: "Começa na confluência dos Rios Atuba e Iraí (antigo leito), sobe por esse rio em direção a nordeste até encontrar o Rio Canguiri na divisa do Município de Quatro Barras, contornando essa divisa segue pelo mesmo rio em direção nordeste até a PR-410 (Estrada Graciosa), por esta direção à oeste segue até chegar ao Rio Atuba, a partir de onde segue por este ao sul, até a confluência com o Rio Iraí, ponto de origem do traçado delimitatório.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERIMETRO URBANO

Tem como ponto inicial o cruzamento da rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel com a estrada de ferro RFFSA, por esta até o limite leste dos loteamentos Bois de Boulogne e Vila Amélia até a Rua Marechal Floriano por esta até encontrar a Rua Humberto Alencar Castelo Branco pela qual segue em sentido sul, numa distância de 1,522 metros antes de chegar na Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel, deste ponto por uma linha seca de sentido oeste, alcança o Rio Palmital, pelo qual sobe até encontrar a estrada, pela qual segue até encontrar o Rio Atuba, pelo referido rio até alcançar o Rio Iguaçu, por este até encontrar o Rio Iraí, por este até o limite leste do loteamento Vila Maria Antonieta, pelo referido limite até a Rodovia João Leopoldo Jacomel e por esta até o cruzamento com a estrada de ferro RFFSA, ponto inicial.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.92

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Josenilson, Nilton Barbosa, José Arthur Ritti e Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta Emenda substitutiva Geral para podermos melhor adequar o Projeto de Lei nº 271/86, de nossa autoria, a redação da Resolução nº 36/91, que altera o art.1º da Resolução nº 04/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população interessada decidisse sobre a criação do Município de Pinhais, realizado em 15 de dezembro de 1991, pelo Juízo Eleitoral da Zona a que estava afeto o município a ser criado, bem como a exata delimitação a ser desmembrada.

Assim sendo, em obediência a Egrégia Justiça Eleitoral e a soberana vontade do povo daquela localidade referendada em plebiscito, onde constou-se 20.456 votos favoráveis à criação do novo município num total de 23.310 eleitores devidamente ca-

dastrados!

Por assim entendermos, apresentamos esta emenda no sentido de estrito respeito ao harmonioso Princípio da Tripartição dos Poderes e a Régia Vontade Popular que solidificam a democracia tão almejada nos dias atuais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 271/86

PARECER:

O Projeto de Lei nº 271/86, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa a criação do município de Pinhais com território desmembrado do município de Piraquara.

Chamada novamente a opinar, esta Comissão, para analisar a Emenda apresentada, somos favoráveis a mesma.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇCO, que cria o município de Rio Bonito, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE VENTÂNIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Joaquim Vannoni Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR A CRIANÇA, com sede e foro no município de Tomazina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA SHALON BETEL - ASESB, com sede e foro no município de Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no município de Joaquim Távora. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 080/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Ariranha, desmembrado do município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 02 (duas), devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 080/91

O artigo 1º do Projeto de Resolução nº 080/91, seguindo instruções do I.B.G.E., passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de ARIRANHA, desmembrado do Município de Ivaiporã, que: "tem seu início no Rio Ivaí na divisa dos Municípios de Cândido de Abreu com Manoel Ribas, seguindo a divisa do mesmo com três rumos definidos até encontrar o Rio Azul, descendo por este até encontrar a estrada que liga Ariranha a Ivaiporã, passando pelo Bairro da Barraquinha e Alecrim, aí seguindo pela Estrada do Formoso com a Estrada para Santa Bárbara, seguindo por esta até o ponto mais próximo da nascente do Rio Formoso; deste ponto em linha reta até a nascente do Rio Formoso e, por este abaixo, até sua foz do Rio Ivaí por este acima até a divisa com os Municípios de Cândido de Abreu e Manoel Ribas, ponto inicial e final desta descrição".

Descrição do Perímetro Urbano: "cruzamento da Rua Faxinal com a Rua Guarapuava - Rua Guarapuava até a divisa dos Lotes nº 22 (exclusive) e 23 (inclusive) divisa do Lote 23 (inclusive) contornando o terreno do cemitério até a Rua Belo Horizonte - Rua Belo Horizonte até a Rua Jacutinga - Rua Jacutinga até o Contraforte que liga as Ruas Belo Horizonte e Faxinal - Contraforte que liga as Ruas Belo Horizonte e Faxinal até a Rua Faxinal - Rua Faxinal até a Rua Guarapuava".

Sala das Sessões, em 11.12.91.

(a) EDSON SILVA LINO

Apoio: Cleiton Kielse, Carlos Simões, Nelson Garcia e Paulo Maia.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Artigo 1º - "Ariranha, com sede na lo-

calidade do mesmo nome e divisas seguintes: ao Sul com a linha divisora com o Município de Manoel Ribas, partindo do ponto de intercepção com o Rio Azul e por ela até a margem esquerda do Rio Ivaí e por esta margem rio abaixo até a foz e margem direita do Rio Formoso e por esta margem descendo até encontrar a linha seca do rumo magnético tangente ao patrimônio Barraquinha incluindo-o neste Distrito, subindo pela Rodovia principal até a margem direita até o ponto de partida, confrontando-se com os Distritos de Alto-Porã e Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 09.03.92.
(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Ademar Traiano, José Tavares, João Arruda e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente Emenda compatibilizar a área do Projeto de Resolução em questão, com área descrita no Projeto de Lei nº 256/91, o que se não for atendido, inviabilizará a criação do Município.

O Projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 084/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Jacutinga, desmembrado do município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENARIO, AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 084/91.

Artigo 1º - "Inicia na margem esquerda da foz do Rio Formoso e pela margem esquerda do Rio Ivaí, Rio Ivaí abaixo até encontrar as divisas Municipais entre Ivaiporã e Jardim Alegre, por esta divisa até encontrar o Ribeirão Pindaúva, incluindo o povoado de Santa Cruz e pela margem direita do Ribeirão citado acima até o povoado Severiano para em linha seca de rumo magnético, até a margem esquerda do Rio Formoso na divisa do Distrito de Ariranha, e por esta margem Rio abaixo até a sua foz, ponto de partida".

Sala das Sessões, em 09.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Ademar Traiano, José Tavares, João Arruda, Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente emenda compatibilizar a área do Projeto de Resolução em questão, com a área descrita no Projeto de Lei nº 402/91, o que se não for atendido, inviabilizará a criação do Município.

O Projeto irá à Comissão de Constitui-

ção e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, Requerimento de n. 0119, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 0130 a 134, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0118, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 0112, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0129, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0113, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0116, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento ns. 0120 e 0121, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 0131, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço que registre nos anais da Casa a visita do Senador Gomes de Carvalho Presidente regional do PTB do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado.

Requerimento n. 0133, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 0132, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos ns. 0135 e 0136, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. Aprovados. A

Diretoria Legislativa.

Requerimentos ns. 0137 e 0138, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0108, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

Eu quero, como Presidente da Comissão de Investigação da situação do índio no Paraná, comunicar à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa e aos demais parlamentares que amanhã eu mais o Deputado Paulo Maia, Cleiton Kielse e Cezar Silvestri estaremos ausentes, não só amanhã, mas durante a semana, das sessões em função de visitar as reservas indígenas no interior do Estado.

Quero registrar isso nos Anais e comunicar a Mesa da Assembléia Legislativa as nossas ausências, justificando-as nessa semana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossas Excelências irão a serviço e terão suas faltas justificadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Senador José Carlos de Carvalho nesta Casa e quer desejar uma feliz estada ao nosso ilustre homem público e, possivelmente, nosso candidato a Prefeito de Curitiba.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 089, 208, 366, 376/91

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 271, 309/91

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/91

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 068, 507, 513/91

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de feve-

reiro do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Rafael Greca de Macedo. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora de Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de Lei nº 246/91, Projeto de Lei nº 265/91 e 267/91, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Presidente

Elisa Sotomaior Maruska

Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de um mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final aos seguintes projetos de lei: Projeto de Lei nº 89/91, Projeto de Lei nº 208/91, Projeto de Lei nº 366/91 e Projeto de Lei nº 376/91, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

Elisa Sotomaior Maruska

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 25.02.92

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e

Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Plauto Guimarães, Durval Amaral, Rafael Greca de Macedo, Emília Belinati e Nelson Justus. O Senhor Presidente deu por aberta a sessão passando-se ao expediente: Requerimento do Deputado Mário Bezerra em anexo - Aprovado, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 13/92 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 2) Projeto de Resolução 84/90, de autoria do Deputado Homero Oguido. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 20/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. O Deputado Relator, Mário Bezerra, requer diligência - DEFERIDO; 4) Projeto de Lei nº 68/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 5) Proposição Veto nº 25/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 6) Proposição Veto 18/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 7) Proposição Veto nº 22/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 8) Projeto de Resolução nº 03/91, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 9) Proposição Veto nº 10/92. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 10) Proposição Veto nº 16/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 04/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 12) Proposição Veto 09/92. Parecer contrário do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 13) Projeto de Resolução nº 06/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus. Parecer favorável do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 14) Projeto de Resolução nº 51/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer favorável do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 15) Proposição Veto nº 15/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 08/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 179/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. O Deputado Relator, Durval Amaral, requer diligência - DEFERIDO; 18) Proposição Veto nº 15/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 07/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVA-

DO; 20) Proposição Veto nº 02/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVADO; 21) Projeto de Resolução nº 71/91, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 03/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo - APROVADO; 23) Projeto de Resolução nº 60/91, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer favorável da Deputada Emília Belinati - APROVADO; 24) Proposição Veto nº 19/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado João Iensen - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 06/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 26) Projeto de Resolução nº 21/91, de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer favorável do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 271/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer favorável à Emenda, do Deputado Mário Bezerra - APROVADO. Sem mais para o momento o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão, determinando que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
Ana Lucia Andretta
Secretária

REQUERIMENTO

SOMULA: Requer à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, envio de expediente ao Senhor Hasiel Pereira, ex-vereador, convidando-o a comparecer frente a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação, que denunciam diálogo mantido, via telefone, com o Presidente do BANESTADO, a respeito de "comissões" recebidas pelo dirigente daquela instituição, quando do aval apostado em carta de fiança na comercialização de 23.500 bicicletas para o Ministério da Saúde. Convoque-se o Presidente do BANESTADO, Heitor Wallace de Melo e Silva, para ser inquirido sobre o mesmo assunto.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, envio de expediente ao Senhor Hasiel Pereira, ex-vereador, convidando-o a comparecer frente à mesma Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação, denunciando diálogo mantido pelo ex-vereador com o Presidente do BANESTADO, Heitor Wallace de Melo e Silva, via telefone, e publicada no Jornal Curi-

tiba Hoje, datado de 14 de fevereiro corrente, cujo teor refere-se às "comissões" recebidas pelo dirigente daquela instituição, quando do aval apostado em carta de fiança na comercialização de 23.500 bicicletas para o Ministério da Saúde. Que se convoque o Presidente do BANESTADO, Senhor Heitor Wallace de Melo e Silva para ser inquirido sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) MARIO BEZERRA

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como in-

curso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, estando sujeito à pena de

demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSÉ RENATO DUARTE
Presidente da Comissão